



RESPOSTA À PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 164/2022.

I. DOS FATOS.

Trata-se de pedido de esclarecimento datado de 05 de Outubro de 2022, apresentado pela empresa Ledstar ao edital do Pregão Eletrônico nº 164/2022.

II. DO ESCLARECIMENTO.

1- DA GARANTIA VINCULADA A INSTALAÇÃO: “Devido o edital estar relacionado apenas ao fornecimento de luminárias LED, as despesas quanto a substituição ou reparação do material defeituoso no almoxarifado ou no poste será por conta da contratante e não da contratada. Está correto nosso entendimento?”

Resposta: O edital, em questão, é de fornecimento de material, entretanto cabe esclarecer ao licitante as consequências para o CONTRATANTE quando uma luminária LED apresenta defeito. Ver abaixo a ordem natural dos fatos:

- a) A prefeitura realiza o certame e determina o vencedor.
- b) A prefeitura emite a ordem de fornecimento de Luminárias LED;
- c) O fornecedor entrega as luminárias LED no almoxarifado da prefeitura, e assim, inicia-se o prazo de garantia das luminárias;
- d) Em ato contínuo, a prefeitura, frisa-se: com recursos próprios, paga pelos serviços de instalação das respectivas luminárias LED nos postes. Só assim, as luminárias tornam-se operacionais e cumprem a sua finalidade.

Como demonstrado acima, cada luminária LED entregue pelo fornecedor no almoxarifado do município, acarreta um custo (R\$) unitário de serviço de instalação por parte do município, cujo valor (R\$) está presente nos contratos de manutenção e/ou execução de obra do município. Após instalação, a prefeitura, espera que o equipamento cumpra o que o fornecedor prometeu em seu catálogo técnico, ou seja, vida útil longa sem manutenção.

O fato é que a luminária LED quando apresenta defeito após a sua instalação, além dos conhecidos transtornos para a gestão pública e para a população local, gera ao município um custo de serviço (R\$) não programado e motivado diretamente pelo defeito da luminária LED. Afinal, a luminária está no poste e não no almoxarifado, e, do poste, só sairá mediante um custo (R\$) de retirada (que se repetirá mais tarde na sua nova instalação).

Logo, o edital é claro ao garantir o direito de ressarcimento do custo de serviço de substituição motivado pelo defeito da luminária LED ofertada pelo licitante, frisa-se: exclusivamente e limitado as unidades que apresentarem defeitos após a sua instalação,



cujo defeito ocorra durante a vigência do prazo de garantia, pelos motivos explicados acima.

Na hipótese do defeito ocorrer após a entrega e ainda no almoxarifado, frisa-se: antes da sua instalação, por motivos óbvios, não existirá custos associados a instalação, mantendo-se tão somente os direitos previstos na garantia.

Por fim, prevalece o que está no edital, ou seja, todas as despesas decorrentes do transporte, substituição ou reparação do material defeituoso no almoxarifado ou no poste, correrão por conta do fornecedor (CONTRATADA), bem como as despesas para entrega e instalação das respectivas luminárias novas ou reparadas.

Por fim, permanece as condições do Edital.

2- DO ACRÉSCIMO DA GARANTIA.” O edital solicita 5 anos com acréscimo de mais 90 dias de garantia. Entretanto, conforme a portaria 62 do INMETRO, estabelece como prazo de garantia do produto de 5 anos. Diante o exposto, entendemos que para atender em total conformidade a portaria, a garantia pertinente as luminárias públicas LED serão de 5 anos, está correto nosso entendimento?”

Resposta: Embora o licitante cite em seus argumentos a garantia (5 anos) presente na portaria 62 do INMETRO é óbvio que a portaria não se sobrepõe e nem anula o que prevê o Código de Defesa do Consumidor.

A LEI (CDC) em questão determina que o prazo para reclamações de vícios existentes em produtos duráveis (Luminárias LED se encaixa perfeitamente) é fixado em 90 (noventa) dias, o qual a doutrina trata como Garantia Legal (frisa-se: que é diferente de garantia Contratual).

A mesma LEI (CDC), em seu artigo 50, cita a Garantia Contratual, aquela concedida pelo fornecedor através de um Termo de Garantia, cujos efeitos são complementares à Garantia Legal, ou seja, elas se somam para compor a garantia total do bem.

Logo, fica estabelecido que o fabricante da luminária LED ao conceder a Garantia Contratual de 5 (cinco) anos de seu produto, o consumidor então gozará de 5 (cinco) anos de Garantia Contratual acrescido de mais 90 (noventa) dias de Garantia Legal, salientando que o prazo da Garantia Legal somente passará a ser contado quando esgotado o prazo da Garantia Contratual.

Finalmente, resta claro que existirá uma relação comercial entre as partes, relação esta que encontra amparo no Código de Defesa do Consumidor, cuja LEI disciplina as garantias Contratual e Legal.

Por fim, permanece as condições do Edital.

3- SOLICITAÇÃO EXCLUSIVA DE NÚMEROS DE PARAFUSOS NA LUMINÁRIA LED.” Diante do exposto, entendemos que deve ser aceito luminárias



em conformidade a Portaria 62 do INMETRO em atendimento as NORMAS nela descritas, independentemente do número de parafusos, está correto o nosso entendimento?"

Resposta: O licitante para sustentar seu argumento e utilizar um único parafuso por instalação de luminária LED cita a NORMA ABNT NBR IEC 60598-1:2010 e a Portaria 62 do INMETRO.

O licitante alega que em ambos os documentos não se define uma quantidade mínima de parafuso de fixação da luminária no braço. Adicionalmente, informa que a Portaria 62 do INMETRO aprovou a solução de um único parafuso em seu produto e assim concedeu a certificação da luminária que ora o licitante representa.

Então, sobre a portaria 62 do INMETRO, cabe lembrar ao licitante o seu propósito:

De maneira acertada, a portaria do INMETRO não "engessa" o processo construtivo de fabricação da luminária. A portaria, frisa-se, de maneira correta, deixa livre o fabricante para desenvolver produtos com processos e materiais diferentes uns dos outros. Por conta disso que encontramos na lista de modelos certificados pelo INMETRO luminárias, por exemplo, com carcaças de alumínio injetado, outras com alumínio extrudado; luminárias com refrator, outras sem refrator, umas com refrator de vidro, outras com policarbonato, outras com acrílico. Existe também as possuem tecnologia SMD, outras com COB LED, dentre outras diferenças tecnológicas.

O exposto acima é para demonstrar que o INMETRO, por meio de sua portaria, estabelece algumas premissas obrigatórias e deixa a indústria livre para desenvolver o produto da maneira que entender ser a mais adequada a sua estratégia de mercado. Neste contexto, se o fabricante é livre para desenvolver seus produtos com as características que considera ser as mais adequadas a sua estratégia de mercado, o consumidor também é livre para escolher, frisa-se: dentre os modelos certificados pelo INMETRO, as características que entende agregar mais benefício ao produto.

Diferente do que muitos imaginam, a administração pública não é obrigada a comprar TODA e QUALQUER luminária LED que o INMETRO certifica. A obrigação da administração pública é adquirir uma luminária LED dentre as que estejam certificadas pelo INMETRO.

No caso específico, a administração pública entende que contar com, frisa-se: no mínimo, 2 (dois) parafusos para fixação da luminária no braço contribui para maior segurança da instalação, tendo em vista o equipamento estar instalado em altura elevada e com constante movimentação de pessoas e automóveis logo abaixo.

O licitante alega que seu produto foi objeto de ensaios com um único parafuso, porém, é preciso lembrar que o ensaio ocorre em um ambiente controlado, com uma amostra ínfima. No mundo real, sabemos que durante o processo de instalação, existe sim, a hipótese de ocorrer uma instalação mal sucedida no aperto (torque) de um parafuso (até pelos inúmeros processos repetitivos que o mesmo instalador será submetido durante a



execução de uma obra), neste caso, o segundo parafuso torna-se fundamental para tornar o processo de instalação mais seguro.

Claro que por se tratar de uma compra de uma administração pública, foi verificada se no mercado existem fornecedores suficientes para criar um ambiente competitivo na licitação, e após consulta ao mercado, se verifica que existem dezenas de fabricantes e modelos que atendem a especificação do edital.

Por fim, permanece as condições do Edital.

4- DO CABO COM ISOLAÇÃO DE 750V: “Como justificado acima entendemos que o cabo deve ser de acordo com o requisitado na Portaria 62 do INMETRO, ou seja, cabo EPR “borracha” isolação 300/500V, está correto o nosso entendimento?”

Resposta: Sobre este tema, cabe esclarecer, que a comissão de licitação publicou material complementar que alterou a especificação inicial.

5- DA SOLICITAÇÃO DE RELÉ.” Diante o exposto, questiona-se quanto a solicitação do relé para luminárias LED, deverá ser fornecido luminária LED com base (tomada) + relé ou luminária LED com a base (tomada) apenas? Tendo em vista que tal solicitação impacta diretamente na composição de preços de todas as licitantes.” •

Resposta: O item a ser fornecido é exclusivamente a luminária LED e não inclui o fornecimento de Relé fotocontrolador.

6- DO PROTETOR DE SURTO EM CONFORMIDADE A NORMA ANSI/IEEE C.62.41-1991.” Diante do exposto, entendemos que a apresentação do Certificado de conformidade IEC 61643-11 para a proteção de surto, é suficiente para atendimento ao item de conformidade do Protetor de Surto, está correto nosso entendimento?”

Resposta: Sobre este tema, cabe esclarecer, que a comissão de licitação publicou material complementar que alterou a especificação inicial. E a IEC 61643-11 - proteção de surto, será suficiente para atendimento ao item de conformidade do Protetor de Surto

7- DO CERTIFICADO INMETRO, CATÁLOGO, ENSAIO, ESTUDO LUMINOTÉCNICO, GARANTIA E CURVAS IES “Portanto, entendemos que o Certificado Inmetro, Catálogo, Ensaio, Estudo Luminotécnico, garantia e as Curvas IES das luminárias devem ser apresentados juntamente a proposta, está correto nosso entendimento?”

Resposta: O Certificado Inmetro, Catálogo, Ensaio, Estudo Luminotécnico, garantia e as Curvas IES das luminárias deverão ser apresentadas após a fase de lances, junto com a proposta final.



III. DA DECISÃO.

Assim, pelos fundamentos apresentados, decido conhecer do pedido de esclarecimentos apresentado pela empresa.

Os esclarecimentos foram respondidos com auxílio da Eletrobrás, o qual tem parceira através do termo de cooperação técnica que entre si fazem a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS e a prefeitura do município de Dois Vizinhos/PR - TCT-PRF-029/2022.

Tendo em vista que os questionamentos foram respondidos, opino pelo prosseguimento do certame no formato em que está.

Atenciosamente.

RUDINEI CURZEL.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS.
10 de Outubro de 2022.